



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO SOBRE A GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2021

“Art. 2º, Inciso IV, Alínea “a”, Resolução nº 1.134/2020 do TCE/RS”

Conforme constam nos relatórios que compõe esta prestação de contas, constata-se que o Executivo Municipal de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul, alcançou as metas traçadas para o Exercício de 2021, constantes na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

Preliminarmente cabe destacar que os atos e ações praticadas pelo Executivo Municipal foram sempre voltados ao interesse público e ao bem comum da coletividade, observando sempre os Princípios Constitucionais previstos no art. 37, da Constituição Federal, quais sejam da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também aos demais princípios aplicados à administração pública.

O decorrer do exercício foi acompanhado pelo Sistema de Controle Interno para garantir a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

No tocante ao sistema orçamentário temos as seguintes considerações iniciais a relatar:

a) em se tratando da receita o valor previsto foi de R\$ 23.520.000,00, e o arrecadado de R\$ 24.993.120,93, já deduzido o FUNDEB.

b) no tocante a despesa do Poder Executivo, cabe ressaltar que o valor inicial previsto foi de R\$ 22.716.000,00 e o realizado foi de R\$ 24.889.144,25. Os restos a pagar em 31/12/2021 somaram o valor de R\$ 1.593.120,27 (sendo R\$ 1.585.706,07 referente ao exercício de 2021 e R\$ 7.414,20 referente a exercícios anteriores), sendo estes restos a pagar do Poder Executivo. Entretanto, o Executivo possui suficiência financeira de acordo com a respectiva vinculação dos recursos, promovendo desta forma o equilíbrio financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em comparativo da situação financeira do exercício, constata-se no exercício uma sobra de recursos compreendendo a diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro de R\$ 1.215.388,61.

Constata-se também que, mesmo com as dificuldades financeiras vivenciadas pelos municípios no exercício de 2021, impulsionada pela frustração da arrecadação especialmente devido ao COVID-19 e ao não cumprimento das obrigações de outros entes governamentais que não repassaram muitas receitas de direito dos municípios, Pinheirinho do Vale, conseguiu manter o equilíbrio financeiro, sem deixar de executar os programas prioritários e metas previstas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



Muito embora muitas dificuldades tenham ocorrido no ano de 2021, o Município de Pinheirinho do Vale – RS, mesmo assim honrou seus compromissos assumidos nos devidos prazos, conforme demonstra nos relatórios deste balanço, e manteve o equilíbrio financeiro nos termos dispostos pela Lei Fiscal.

Em se tratando das contas de verificação do sistema patrimonial e financeiro do Poder Executivo em 31/12/2021, apresentada de forma sucinta, demonstra uma situação normal e confortável, conforme demonstrativo sintético que segue:

A	Ativo Circulante	3.552.366,67
B	Ativo Não Circulante	34.562.545,59
C= A + B	Total Ativo	38.114.912,26
D	Passivo Circulante	1.737.066,30
E	Passivo Não Circulante	384.553,48
F= D + E	Total Passivo	2.121.619,79
G	Patrimônio Líquido	35.993.292,48
H = F + G	Passivo Total	38.114.912,26

A	Ativo Financeiro	2.808.508,88
B	Passivo Financeiro	1.593.120,27
C= A – B	Saldo Financeiro	1.215.388,61

A	Ativo Permanente	35.306.403,38
B	Passivo Permanente	1.880.400,82

Saldo Patrimonial em 31/12/2021	34.641.391,17
---------------------------------	---------------

No tocante ao saldo patrimonial, fica evidenciada a boa gestão, haja vista, que a soma dos ativos menos os passivos, demonstra a situação atual do Município, apresentando uma superioridade relativamente considerável dos ativos em relação aos passivos, qual seja um saldo patrimonial positivo de R\$ 34.641.391,17.

Ainda quanto ao sistema patrimonial, salientamos que o patrimônio foi devidamente avaliado e registrado, assim como a dívida fundada interna também foi corrigida e os créditos foram todos inscritos e possuem controle analítico. Portanto, o sistema patrimonial evidencia de forma correta o patrimônio do Município.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal Complementar 101/2000), o Executivo Municipal atendeu a todos os limites previstos pela mesma, conforme demonstrativo sintético que segue:

Descrição	Valor (R\$)	Percentual atingido	Limite Legal
Receita corrente líquida ajustada	24.698.493,76	100,00%	-
Despesa de pessoal/últimos 12 meses – Executivo	11.047.615,46	44,73%	54,00%
Dívida total fundada consolidada	0,00	0,00%	120,00%
Dívida consolidada líquida – (Res. Senado	0,00	0,00%	120,00%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



Federal 40/2001)			
Garantias e contragarantias de valores	0,00	0,00%	32,00%
Operações de crédito (Res. Senado Federal 43/2001, art.7º)	84.764,94	0,34%	16,00%
Operação de crédito por antecipação de receita	0,00	0,00%	7,00%
Disponibilidades financeiras em 31/12/2021	2.808.508,88	-	-

O demonstrativo acima evidencia que o Poder Executivo Municipal atendeu aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em todos os quesitos.

Quanto aos limites Constitucionais de Educação MDE/FUNDEB, o Executivo aplicou em 2021, 25,25%, das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo assim gastou 0,25% a mais do mínimo fixado que é de 25,00%, conforme está demonstrado nos relatórios que compõe este balanço, estando assim em conformidade com o Limite previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Com Ações e Serviços Públicos de Saúde foram gastos em 2021, 19,70%, das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, ficando 4,70% acima do limite mínimo permitido para o exercício que é de 15%, estando assim em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional n.º 29/2000.

Fica evidenciado que o Município atendeu tanto os limites Constitucionais dos gastos de Educação (MDE/FUNDEB), quanto na Saúde (ASPS), nos termos previstos no mandamento Constitucional, como também aos demais limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. 101/2000).

Quanto à execução da despesa e receita, estas foram realizadas em conformidade com a Legislação em vigor, obedecendo ao que dispõe o Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e ao Orçamento Anual, com as devidas alterações e adequações necessárias.

No decorrer do exercício foram desenvolvidos vários programas prioritários distribuídos nos diferentes órgãos e unidades administrativas, conforme disponibilidades e recursos, buscando o atendimento dos anseios da comunidade local.

No tocante a restos a pagar temos a informar que o Município possui restos a pagar no exercício de 2021 vinculados aos recursos 0001, 0020, 0031, 0040, 1012, 1104, 1157, 1189, 1219, 1224, 1226, 1229, 4050, 4160, 4500, 4503 e 4511 perfazendo um total de R\$ 1.585.706,07. Todavia, o executivo possui suficiência financeira em todos os recursos para pagamento dos restos a pagar.

Os recursos foram aplicados devidamente conforme finalidade e vínculo, na execução de metas planejadas e estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



A execução orçamentária, financeira e patrimonial, foi acompanhada pelo Sistema de Controle Interno com plena autonomia e liberdade, observando os dispositivos legais, conforme evidencia o parecer que compõe esta prestação de contas.

Os procedimentos contábeis foram realizados nos termos da Legislação em vigor, atendendo as disposições previstas na Lei Federal 4.320/64, as portarias da STN, as resoluções e instruções normativas do TCE-RS, os princípios aceitos pela contabilidade, bem como as demais legislações que tratam do tema.

A gestão administrativa do Exercício de 2021 obedeceu às disposições da legislação em vigor, obtendo resultado satisfatório, conforme demonstram os dados dos relatórios que compõem esta prestação de contas.





RELATÓRIO FÍSICO, FINANCEIRO E GERENCIAL.

RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE/FUNDEB)

“Art. 2º, Inciso IV, Alínea “a” da Resolução nº 1.134/2020 do TCE-RS”

NELBO ALDAIR APPEL, Prefeito Municipal de PINHEIRINHO DO VALE - RS, apresenta o relatório físico, financeiro e gerencial, sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino MDE/FUNDEB, nos termos do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e Resolução 1.134/2020, relativo ao exercício de 2021, com os projetos e as atividades realizadas relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, dos recursos previstos e os efetivamente executados.

1. PREVISÃO

1.1 - ORÇAMENTO

A Lei de meios estimou que para o exercício de 2021 a receita proveniente da arrecadação de impostos, compreendidas as transferências, seria de R\$ 17.070.250,00 sendo que o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 20.292.852,67.

Assim, de acordo com o disposto no art. 212 da Constituição Federal e na Lei Federal n.º 11.494/2007, o valor a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino conforme previsão orçamentária seria de R\$ 4.267.562,50, conforme valor efetivamente arrecadado, a aplicação efetivamente realizada foi de R\$ 5.073.213,17.

2. EXECUÇÃO

2.1 - DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS

No exercício de 2021, a receita de impostos, compreendida as transferências, teve o seguinte comportamento:

RECEITA	ORÇADO R\$ 1,00	ARRECADADO R\$ 1,00	25% A SER APLICADO NA EDUCAÇÃO R\$ 1,00
IRRF	442.650,00	448.469,84	112.117,46
IPTU	241.200,00	242.774,99	60.693,75
ITBI	150.500,00	182.785,40	45.696,35
ISS	168.400,00	170.959,25	42.739,81
F.P.M.	8.500.000,00	10.319.993,65	2.579.998,41
F.P.M. 1% - Dezembro	375.000,00	452.337,92	113.084,48
F.P.M. 1% - Julho	365.000,00	399.571,60	99.892,90
I T R	2.500,00	7.035,35	1.758,84



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



ICMS	6.400.000,00	7.600.753,35	1.900.188,34
IPVA	335.000,00	386.257,85	96.564,46
IPI	90.000,00	81.913,47	20.478,37
SOMA	17.070.250,00	20.292.852,67	5.073.213,17

2.2 - DOS RECURSOS DO FUNDEB

Os recursos do FUNDEB tiveram o seguinte comportamento no exercício de 2021:

RECEITAS	RETENÇÕES	RETORNOS	SUPERÁVIT
FPM/FPE	2.063.998,43		
ITR	1.406,99		
ICMS DESON.	0,00		
ICMS	1.520.150,63		
IPVA	77.251,30		
IPI	16.382,65		
SOMA	3.679.190,00	4.072.835,04	393.645,04

OBS: Conforme demonstra o quadro acima, o Município obteve um SUPERÁVIT de R\$ 393.645,04, no entanto o Município aplicou o valor de R\$ 4.241.852,62 no FUNDEB, razão pela qual teve que complementar a diferença com recursos próprios e rendimentos financeiros.

2.3 - DOS RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No exercício de 2021 foram arrecadados os seguintes recursos de convênios e auxílios, com aplicação específica na manutenção e desenvolvimento do ensino:

Recurso	Empenhado	Liquidado	Pago	A Pagar
Transferência PNAE	185.652,45	185.652,45	185.652,45	0,00
Salário Educação – União	173.449,16	173.449,16	159.654,36	13.794,80
PNATE – Transporte Escolar	90.844,91	90.844,91	90.844,91	0,00
Transporte Escolar Educ. Básica	331.815,68	331.815,68	331.815,68	0,00
Apoio Setor Cultural – Aldir Blanc	33.000,00	33.000,00	33.000,00	0,00
SOMA	814.762,20	814.762,20	800.967,40	13.794,80

3. DA DESPESA

3.1 - ORÇAMENTO

As despesas executadas para os programas considerados como gastos com educação, nos termos das leis em vigor as quais são consideradas como computáveis na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, infantil e educação especial somam um valor de R\$ 5.124.229,79 correspondendo a 25,25%, da receita de impostos,



compreendidas as transferências constitucionais, sendo assim gastou o município 0,25% a mais do que a porcentagem previsto pelo Art. 212 da Constituição Federal.

3.2 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas aplicadas na execução das diversas atividades e projetos com os recursos alocados à Secretaria Municipal da Educação, no exercício de 2021, são a seguir arroladas, onde se incluem as computáveis e as não computáveis para o cálculo dos 25% a serem aplicados na M.D.E.:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA AJUSTADA

Valor total gasto com educação empenhada	R\$	6.552.749,53
(-) Auxílios e convênios aplicados até 31/12/2021	R\$	814.762,20
(-) Despesa Adicional (Recurso livre)	R\$	49.589,17
(-) Despesas Não Computáveis	R\$	154.482,69
(-) Despesa Adicional (Rendimentos)	R\$	16.040,64
(-) Plus do FUNDEB	R\$	393.645,04
(=) Total ajustado	R\$	5.124.229,79

Receita de impostos considerada: R\$ 20.292.852,67

Gasto considerado: R\$ 5.124.229,79

Porcentagem aplicada: 25,25%

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E FUNDEB.

RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	20.292.852,67	100 %
VALOR A APLICAR NA EDUCAÇÃO (ART. 212 CF)	5.073.213,17	25 %
DESPESA AJUSTADA APLICADA NA EDUCAÇÃO (ART. 212 CF)	5.124.229,79	25,25%
APLICADO A MAIOR	51.016,62	1,55 %
ARRECADADAÇÃO DO FUNDEB	4.087.739,64	100 %
VALOR A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO (Art. 22, Lei 11.494/07)	2.861.417,75	70%
VALOR APLICADO REMUNERAÇÃO PROF. MAGISTÉRIO	3.109.912,28	76,08%
APLICADO A MAIOR NA REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	248.494,53	6,08%



4. RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

4.1 - ESCOLAS MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL

Número de alunos atendidos:

Conforme demonstrado nas tabelas anexas, foi o seguinte o número de alunos atendidos nas respectivas escolas municipais, no exercício de 2021, conforme Censo Escolar:

ESCOLA	*1º Ano	*2º Ano	*3º Ano	*4º Ano	*5º Ano	*6º Ano	*7º Ano	*8º Ano	*9º Ano	Total
E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida	08	05	11	7	09	11	11	11	14	86
E.M.E.F. São Lucas	11	06	03	08	08	10	14	10	04	74
E.M.E.F.I. Pe. Augusto Dalcin	25	21	32	31	22	-	-	-	-	131
TOTAL	44	32	46	46	38	21	25	21	18	291

* Ensino Fundamental de 9 Anos, conforme Lei Federal n.º 11.114/2005 e n.º 11.274/2006, Decreto Municipal n.º 46/2006 e Resolução Conselho Municipal de Educação n.º 07/2006.

4.2 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Número de alunos atendidos:

ESTABELECIMENTO	ALUNOS ATENDIDOS
EMEI Cantinho do Céu	96
EMEI Tio Jaime A. Albarello	139
EMEF Nossa Senhora Aparecida	12
EMEF São Lucas	12
TOTAL	259



4.3 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Número de alunos atendidos:

E. M. E. F. Especial Roberto Leopoldo Marmitt	ALUNOS ATENDIDOS
	36
TOTAL	36

4.4 - TRANSPORTE ESCOLAR

No exercício de 2021, foram despendidos R\$ 988.178,35 com o PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO para um total de 365 alunos da Rede Municipal e 198 da Rede Estadual de Ensino. Foram despendidos R\$ 49.589,17 referente a despesas com transporte de alunos do Ensino Superior.

Alunos Atendidos:

1. Educação Básica

<u>Alunos Transportados – Escolas Estaduais</u>	
Escolas:	Número de alunos transportados
E. E. de Educação Básica José Cañellas	190
E. E. Ensino Fundamental Marcílio Dias	08
Total	198
<u>Alunos Transportados – Escolas Municipais</u>	
Escolas:	Número de alunos transportados
E. M. E. F. Nossa Senhora Aparecida	75
E. M. E. F. São Lucas	85
E. M. E. F. I. Padre Augusto Dalcin	74
E. M. E. I. Tio Jaime Alceu Albarello	55
E. M. E. I. Cantinho do Céu	40
E. M. E. F. Especial Roberto Leopoldo Marmitt	27
Total	356



3. Ensino Médio Profissionalizante / Ensino Superior:

Instituição	Alunos Transportados
INST. EST. DE ED. 22 DE MAIO	4
URI – Frederico Westphalen/RS	04
UNOPAR - Frederico Westphalen/RS	18
UCEFF – Itapiranga/SC	14
Total	40

4.5 - RELATÓRIO PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL

A Secretaria Municipal da Educação atendeu, no ano de 2021, a um total de 544 alunos. Destes, 272 do Ensino Fundamental Regular distribuídos nas três escolas municipais.

Escola	Alunos EF Matr. Inicial (Censo)	Admitidos após o Censo	Transf	Evad.	Aprov	Repr.	Matr. Final
EMEF. N. S. Aparecida	96	04	01	-	83	00	99
EMEF. São Lucas	84	04	08	-	69		80
EMEFI. Pe. Augusto Dalcin	131	01	02	-	130	-	130
TOTAL:	311	09	11	-	282	00	309

Considerando-se o total de alunos atendidos no Ensino Fundamental, 282 foram aprovados, 00 foram reprovados e 11 foram transferidos, ensejando os seguintes índices, conforme atas dos resultados finais do ano de 2021:

Aprovados 96,25%
Reprovados 0,00 %
Transferidos 3,75 %

4.6 – PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS

No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura implementou e deu continuidade a inúmeras ações e programas desenvolvidos em anos anteriores.

- Programa de Transporte Escolar Gratuito a todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino do município, além



- de auxílios para transporte de alunos do ensino superior;
- Programa de Alimentação Escolar, com produtos de qualidade, acompanhamento de nutricionista e realização de cursos de capacitação para merendeiras;
 - Execução da obra de construção da E. M. E. F. Nossa Senhora Aparecida, através de recursos do FNDE;
 - Manutenção e reestruturação das demais Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
 - Formação Continuada de Professores num total de 40 horas entre seminários, cursos e encontros;
 - Implantação do Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” em parceria com o SICREDI;
 - Café da manhã em todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino e merenda com alta qualidade nutricional com acompanhamento de nutricionista;
 - Atendimento com e fisioterapia na Escola Municipal de Educação Especial Roberto Leopoldo Marmitt.
 - Programa de Educação Fiscal através da mobilização e sensibilização dos estudantes e sociedade sobre a importância de pedir Nota Fiscal em toda e qualquer compra aumentando a arrecadação financeira do município de Pinheirinho do Vale;
 - Programa de Educação Ambiental, através da orientação nas escolas para a separação correta de lixo e preservação do meio ambiente;
 - Programa Saúde Bucal, com palestras e distribuição de kits de higiene;
 - Realização de viagens de estudo;
 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal e bibliotecas das escolas municipais;
 - Incentivo a Cultura com a realização de parcerias com entidades culturais CUFA
 - Fortalecimento da RAE – Rede de Apoio a Escola em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social;

A Secretaria Municipal de Educação em conjunto com as comunidades escolares a ela vinculadas, realizou seu trabalho voltado à oferta de condições favoráveis para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, objetivando o acesso de todos aos bancos escolares e a formação integral do alunado da rede municipal de ensino.

5. CONCLUSÃO

Através dos demonstrativos apresentados, pode-se inferir que a Secretaria Municipal da Educação do Município de Pinheirinho do Vale - RS aplicou 25,25% dos recursos provenientes de impostos, compreendidas as transferências, na manutenção e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



desenvolvimento do ensino no Exercício de 2021. Logo, superou o limite mínimo estabelecido no art. 212 da Constituição Federal e na Lei Federal n.º 11.494/2007.

Também, é possível visualizar nos demonstrativos que foi cumprido o disposto no art. 22 da Lei Federal n.º 11.494/2007, que exige a aplicação de, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Por todo o exposto, o signatário espera que suas contas tenham Parecer Favorável do Conselho de Acompanhamento e Fiscalização do FUNDEB, do Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado e da Câmara Municipal de Vereadores.





RELATÓRIO FÍSICO, FINANCEIRO E GERENCIAL
RECURSOS APLICADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -
ASPS.

“Art. 2º, Inciso IV, Alínea “a” da Resolução nº 1.134/2020 do TCE-RS”

NELBO ALDAIR APPEL, Prefeito Municipal de Pinheirinho do Vale, RS, apresenta o relatório bem como as informações físicas, financeiras e gerenciais, sobre recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do disposto na Emenda Constitucional N.º 29/2000 e Resolução 1.134/2020 do TCE-RS, relativo ao exercício de 2021, com os projetos e as atividades realizadas relativos a aplicações em Saúde em vista dos recursos previstos e os efetivamente executados.

1. PREVISÃO

1.1 - ORÇAMENTO

A Lei de meios estimou que para o exercício de 2021 a receita proveniente da arrecadação de impostos, compreendidas as transferências, foi de R\$ 17.070.250,00 sendo que o valor efetivamente arrecadado foi de R 20.292.852,67.

Assim, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional N.º 29/2000, o valor a ser aplicado na saúde conforme arrecadação orçamentária seria de R\$ 3.043.927,90, porém a aplicação foi de R\$ 3.997.287,57, ficando evidenciado que o Município superou o limite mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde.

2. – EXECUÇÃO

2.1 - DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS

NO EXERCÍCIO DE 2021, A RECEITA DE IMPOSTOS, COMPREENDIDA AS TRANSFERÊNCIAS, TEVE O SEGUINTE COMPORTAMENTO:

RECEITA	ORÇADO R\$ 1,00	ARRECADADO R\$ 1,00	15% A SER APLICADO NA SAÚDE R\$ 1,00
IRRF	442.650,00	448.469,84	67.270,48
IPTU	241.200,00	242.774,99	36.416,25
ITBI	150.500,00	182.785,40	27.417,81
ISS	168.400,00	170.959,25	25.643,89
F.P.M.	8.500.000,00	10.319.993,65	1.547.999,05
F.P.M. 1% - Dezembro	375.000,00	452.337,92	67.850,69
F.P.M. 1% - Julho	365.000,00	399.571,60	59.935,74
I T R	2.500,00	7.035,35	1.055,30
ICMS	6.400.000,00	7.600.753,35	1.140.113,00
IPVA	335.000,00	386.257,85	57.938,68
IPI	90.000,00	81.913,47	12.287,02
SOMA	17.070.250,00	20.292.852,67	3.043.927,90



3. DA DESPESA

3.1 - ORÇAMENTO

As despesas inicialmente autorizadas para os programas considerados como gastos com Saúde nos termos da lei em vigor as quais são consideradas como computáveis somam um valor de R\$ 3.043.927,90, correspondendo a 15,00 %, da receita de impostos e transferência, e o Município aplicou o valor de R\$ 3.997.287,57, sendo assim, o Município gastou 4,70% a maior, ou seja, aplicou R\$ 953.359,67 a mais, da receita de impostos e transferência, superando assim em 4,70 % a mais do limite mínimo previsto pela Emenda Constitucional n.º 29/2000.

3.2 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas aplicadas na execução das diversas atividades e projetos com os recursos alocados à Secretaria Municipal da Saúde, no exercício de 2021, são a seguir arroladas, onde se incluem as computáveis e as não computáveis para o cálculo dos 15 % a serem aplicados na Saúde conforme EC 29/00.

Demonstrativo Sintético da Aplicação de Auxílios com Recursos Específicos geridos pela Secretaria da Saúde, no exercício de 2021.

<u>Recurso</u>	Empenhado	Liquidado	Pago	A Pagar
4011 – Incentivo Estadual para Atenção Básica	312.597,03	312.597,03	312.597,03	0,00
4050 – Programa Farmácia Básica	40.719,72	33.226,96	33.226,96	7.492,76
4090 – PSF Estado	76.380,61	76.380,61	76.380,61	0,00
4160 – P.I.M	127.420,75	127.420,75	127.153,37	267,38
4500 – CUSTEIO Atenção Básica	718.711,04	709.984,56	709.984,56	8.726,48
4501 – Atenção de Média e Alta Complexidade	37.576,80	37.576,80	37.576,80	0,00
4502 – Vigilância em Saúde	51.004,85	51.004,85	51.004,85	0,00
4503 – CUSTEIO – Assistência Farmacêutica	30.509,73	30.030,26	30.030,26	479,47
4511 – CUSTEIO – Outros Programas Financ. Por Transferências Fundo a Fundo	729.285,68	698.715,68	683.933,40	45.352,28
4512 – INVESTIMENTO – Outras Transferências	3.199,00	3.199,00	3.199,00	0,00
TOTAL	2.127.405,21	2.080.136,50	2.065.086,84	62.318,37

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RECURSOS DA SAÚDE.

Valor total gasto com Saúde 2021 (despesa liquidada) :	R\$	6.073.476,50
(+) Valor liquidado restos a pagar (recurso 0040)	R\$	6.135,03
(-) Recursos vinculados (convênios, Auxílios e repasses) :	R\$	2.080.136,47
=Despesa liquidada com recurso 40	R\$	3.999.475,06
(-) Desp. Liq. Com rendimentos ASPS	R\$	2.187,49
(=) Valor gasto com saúde ajustado EC 29 (Municipal)	R\$	3.997.287,57



Receita impostos (100%)	R\$	20.292.852,67
Receita de impostos (15 %)	R\$	3.043.927,90
Gasto considerado:	R\$	3.997.287,57
Porcentagem aplicada	=	19,70 %

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE.

RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	20.292.852,67	100,00 %
VALOR A APLICAR NA SAÚDE	3.043.925,88	15,00 %
DESPESA AJUSTADA APLICADA NA SAÚDE.	3.997.287,57	19,70%
APLICADO A MAIOR	953.361,69	4,70%

4. PRINCIPAIS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS

A Secretaria Municipal da Saúde desenvolveu intensas atividades no que diz respeito a atendimento à população, como consultas médicas no Centro Municipal de Saúde da cidade e na Unidade Básica de Saúde do Basílio da Gama, campanhas de vacina com roteiros em todas as comunidades, atendimento odontológico, coleta de material para exames preventivos, teste do pezinho, curativos em ambas as Unidades e inclusive domiciliar, atendimentos, acompanhamento e orientações relacionados ao Covid-19, bem como todo o atendimento básico prestado diariamente as pessoas que necessitaram.

No ano de 2021, a Equipe da Secretaria manteve um contato muito próximo com pacientes acamados, pacientes impossibilitados de se deslocar até o Posto de Saúde por algum problema físico e mental, por meio de visitas e atendimento domiciliar através do ESF – Estratégia da Saúde da Família.

Os casos de Média e Alta Complexidade são encaminhados através de convênio, para o Hospital Associação Hospitalar Beneficente Santo Antônio de Tenente Portela – RS, para internações médicas de média complexidade em quase todas as áreas tendo um subsídio no valor da consulta, previamente marcada pela Secretaria, outros convênios que a secretaria dispõe são CIMAU e CISA (Consórcios Intermunicipais de Saúde), firmados com vários médicos da região de diversas especialidades os casos de maior complexidade, que não são solucionados por estes convênios são encaminhados aos Hospitais de Passo Fundo, Ijuí, Erechim, Três Passos, Santa Maria, Cruz Alta, Três de Maio, Chapecó e Porto Alegre – RS . Cabe citar também outros convênios que possibilitaram endoscopias digestivas, ultra-sonografias, mamografias, densitometrias, consultas e cirurgias oculares.

5. CONCLUSÃO

Através dos demonstrativos apresentados, pode-se inferir que a Secretaria Municipal da Saúde do Município de Pinheirinho do Vale, aplicou 19,70% dos recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais, em ações e serviços públicos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PINHEIRINHO DO VALE



de saúde no exercício de 2021. Logo, superou o limite mínimo estabelecido na Emenda Constitucional N.º 29/2000.

Houve significativa melhoria nas condições de atendimento no que tange a transporte de pacientes e disponibilização de serviços que vieram a atender às necessidades da população.

O Conselho Municipal da Saúde manteve-se atuante, colaborando e supervisionando as ações desencadeadas e a aplicação de recursos, com reuniões mensais.

Por todo o exposto, a signatária espera que suas contas tenham Parecer Favorável do Conselho Municipal da Saúde, do Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado e da Câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente,

Pinheirinho do Vale/RS, 03 de Março de 2022.

Nelbo Aldair Appel
Prefeito Municipal

Pinheirinho do Vale
2021 / 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRINHO DO VALE

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2021 de nº 177520 de 11 de Dezembro de 2020, estimou a receita em 23.520.000,00 e fixou a despesa em 22.716.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		22.716.000,00
+ Créditos Suplementares:	6.719.161,73	
+ Créditos Especiais:	2.767.337,55	9.486.499,28
- Reduções:		5.522.247,04
DESPESA AUTORIZADA:		26.680.252,24

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 1334 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 6.719.161,73, e 96 crédito(s) especiais no valor de R\$ 2.767.337,55, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:		5.522.247,04
Despesa a Maior		3.964.252,24
TOTAL:		9.486.499,28

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 24.993.120,93, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 1.473.120,93, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	23.520.000,00
Arrecadação a Maior	1.473.120,93
Receita Arrecadada	24.993.120,93

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	26.592.500,00	28.680.659,74	2.088.159,74
Receitas Correntes	23.529.924,05	28.536.032,57	5.006.108,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.186.650,00	1.203.174,25	16.524,25
Impostos	1.002.750,00	1.045.327,92	42.577,92
Taxas	181.900,00	157.846,33	-24.053,67
Contribuição de Melhoria	2.000,00	0,00	-2.000,00
Contribuições	95.000,00	106.079,58	11.079,58
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	95.000,00	106.079,58	11.079,58
Receita Patrimonial	24.600,00	81.063,31	56.463,31
Valores Mobiliários	24.600,00	81.063,31	56.463,31
Receita de Serviços	77.657,05	162.839,11	85.182,06
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77.657,05	162.839,11	85.182,06
Transferências Correntes	22.015.517,00	26.915.036,00	4.899.519,00
Transferências da União e de suas Entidades	10.658.560,00	13.390.918,81	2.732.358,81
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	7.826.957,00	9.411.507,25	1.584.550,25
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.530.000,00	4.112.609,94	582.609,94
Outras Receitas Correntes	130.500,00	67.840,32	-62.659,68
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	2.114,67	2.114,67
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	130.500,00	64.881,95	-65.618,05
Demais Receitas Correntes	0,00	843,70	843,70
Receitas de Capital	3.062.575,95	144.627,17	-2.917.948,78
Operações de Crédito	104.114,48	84.764,94	-19.349,54
Operações de Crédito - Mercado Interno	104.114,48	84.764,94	-19.349,54
Alienação de Bens	135.000,00	0,00	-135.000,00
Alienação de Bens Móveis	135.000,00	0,00	-135.000,00
Transferências de Capital	2.817.461,47	40.857,00	-2.776.604,47
Transferências da União e de suas Entidades	2.792.776,47	0,00	-2.792.776,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	24.685,00	40.857,00	16.172,00
Outras Receitas de Capital	6.000,00	19.005,23	13.005,23
Demais Receitas de Capital	6.000,00	19.005,23	13.005,23
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS	-3.072.500,00	-3.687.538,81	-615.038,81

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRINHO DO VALE**Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.072.500,00	-3.687.538,81	-615.038,81
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELI	0,00	-399,98	-399,98
(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-338,44	-338,44
(R) Taxas	0,00	-61,54	-61,54
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-3.072.500,00	-3.679.190,00	-606.690,00
(R) Dedução Transfência da União e Suas Entidades:	-1.707.500,00	-2.065.405,42	-357.905,42
(R) Dedução Rec Transferência do Estados e do Dis	-1.365.000,00	-1.613.784,58	-248.784,58
(R) Outras Receitas Correntes	0,00	-7.948,83	-7.948,83
(R) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	-7.948,83	-7.948,83
Totais:	23.520.000,00	24.993.120,93	1.473.120,93

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 23.235.846,00 correspondem a 92,9690% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2018	1.206.050,19	19.534.334,40	5.001.340,38	25.741.724,97
2019	1.517.258,33	20.692.784,30	4.176.294,07	26.386.336,70
2020	1.335.259,68	22.151.363,58	1.172.258,95	24.658.882,21
2021	1.612.647,76	23.235.846,00	144.627,17	24.993.120,93

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 177520 foi de R\$ 22.716.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 24.889.144,25, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	23.041.353,77	21.973.978,12	-1.067.375,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.053.088,74	10.846.812,69	-206.276,05
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	59.348,82	59.348,82	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.928.916,21	11.067.816,61	-861.099,60
DESPESAS DE CAPITAL	3.638.898,47	2.915.166,13	-723.732,34
INVESTIMENTOS	3.375.398,47	2.651.680,59	-723.717,88
AMORTIZACAO DA DIVIDA	263.500,00	263.485,54	-14,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
Total	26.680.252,24	24.889.144,25	-1.791.107,99

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 11.067.816,61 , que representa 44,4684 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS

	Correntes	Capital	Total
2018	16.590.348,57	4.314.289,61	20.904.638,18
2019	18.534.376,54	5.455.350,74	23.989.727,28
2020	18.923.657,35	2.199.033,74	21.122.691,09
2021	21.973.978,12	2.915.166,13	24.889.144,25

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	22.716.000,00
Créditos Suplementares:	6.719.161,73
Créditos Especiais:	2.767.337,55
- Reduções:	5.522.247,04
Total	26.680.252,24

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	22.716.000,00
Créditos Suplementares:	6.719.161,73
Créditos Especiais:	2.767.337,55
- Reduções:	5.522.247,04
Total	26.680.252,24

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	24.889.144,25
Despesa a Menor	-1.791.107,99

RECEITA ARRECADADA

	24.993.120,93
(-) Receita Prevista	23.520.000,00
RECEITA A MAIOR	1.473.120,93

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	2.455.682,41
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	24.993.120,93
Transferências Financeiras Recebidas	55.061,39
Interferências Financeiras	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	23.674,14
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.983.861,26
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.351.901,31
Inscrição de Restos a Pagar Processados	233.804,76
TOTAL	32.097.106,20
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	24.889.144,25
Transferências Financeiras Concedidas	797.405,98
Interferências Financeiras	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	23.674,14
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.983.861,26
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	41.781,79
RP PROCESSADOS PAGOS	552.729,90
Saldo em 31/12/2021	2.808.508,88
TOTAL	32.097.106,20

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRINHO DO VALE

Exercício 2021

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.808.508,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	343.112,17
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	44.492,10
ESTOQUES	320.291,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	35.961,65
Total do Ativo Circulante	3.552.366,67
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	64.389,29
INVESTIMENTOS	1.215.131,16
IMOBILIZADO	33.283.025,14
Total do Ativo Não-Circulante	34.562.545,59
TOTAL DO ATIVO	38.114.912,26
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.209.347,58
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	293.913,96
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	226.761,14
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.043,62
Total do Passivo Circulante	1.737.066,30
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	293.913,98
PROVISÕES A LONGO PRAZO	90.639,50
Total do Passivo Não-Circulante	384.553,48
TOTAL DO PASSIVO	2.121.619,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.993.292,48
TOTAL	38.114.912,26
ATIVO FINANCEIRO	2.808.508,88
ATIVO PERMANENTE	35.306.403,38
PASSIVO FINANCEIRO	1.593.120,27
PASSIVO PERMANENTE	1.880.400,82
SALDO PATRIMONIAL	34.641.391,17

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	766.548,54
Nova Formação da Dívida	144.113,76
Amortização Verificada no Exercício	-322.834,36
Saldo para o exercício seguinte	587.827,94

Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 1.593.120,27 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	1.593.120,27
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	0,00
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	1.593.120,27

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2021

Saldo do exercício anterior	688.974,83 D
Nova formação da dívida	4.892.401,69 D
(-) Amortização do exercício	3.988.256,25 D
Saldo do exercício de 2021	1.593.120,27 D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRINHO DO VALE**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.229.730,81
IMPOSTOS	1.072.379,80
TAXAS	157.351,01
CONTRIBUIÇÕES	106.079,58
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	106.079,58
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	193.466,33
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	193.466,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	101.993,86
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.925,32
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	100.068,54
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	22.865.182,67
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	55.061,39
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	22.770.346,38
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	39.774,90
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.279,07
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.279,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	699.107,63
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	605.898,05
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	93.209,58
TOTAL	25.197.839,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	11.412.839,04
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.898.290,46
ENCARGOS PATRONAIS	1.504.851,56
BENEFÍCIOS A PESSOAL	9.697,02
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	378.117,20
APOSENTADORIAS E REFORMAS	19.677,06
PENSÕES	41.430,66
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	317.009,48
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.619.703,99
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.694.194,40
SERVIÇOS	4.581.422,35
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.344.087,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	59.348,82
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	59.348,82
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.614.670,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	797.405,98
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	88.015,53
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	729.248,49
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20.269,67
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	20.269,67
TRIBUTÁRIAS	225.921,03
CONTRIBUIÇÕES	225.921,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	372.256,21
PREMIAÇÕES	10.100,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	362.156,21
TOTAL	24.703.125,96
RESULTADO PATRIMONIAL	494.713,99

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2021, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.